

UNIVERSIDADE E SOCIEDADE

Alberto Gomes de Castro

A escola nunca deve ser o fermento de qualquer tipo de doutrina de exclusão. Bem pelo contrário, ela deve tudo fazer para aglutinar e não separar os homens, limando arestas e vencendo escolhos, através de processos críticos que tragam soluções alternativas às soluções apresentadas ou já encontradas.

Estou plenamente convicto que a base de qualquer instituição universitária e da sua missão cultural unificadora, quando ligada pelo cimento da pluralidade, se fundamenta no princípio da universalidade. O seu objectivo supremo visará a formação do homem integral, o fomento das ideias gerais e o cultivo dos princípios da unidade global e humanista do ser humano. Por outras palavras, a Universidade terá de ser o alicerce e a cúpula da cultura humana, acima de todas as raças, políticas ou credos ou das suas raízes ideológicas e transcendentais.

Dai que a Universidade só possa verdadeiramente existir quando a cultura resultar da liberdade da cultura e o pensamento da liberdade do pensamento, isto é, quando o homem souber dar uma total primacia à inteligência em detrimento de uma imóvel, intransigente e conservadora ortodoxia que conduz sempre à única, verdadeira e

boa maneira de pensar. Nestas condições a Escola nunca será o fermento de qualquer tipo de doutrina de exclusão. Bem pelo contrário, ela deve tudo fazer para aglutinar e não separar os homens, limando arestas e vencendo escolhos, através de processos críticos que tragam soluções alternativas às soluções apresentadas ou já encontradas.

Por tudo isto sou levado a concluir que a Universidade só o será plenamente quando servida por homens sem dogmas, capazes de exprimir sem receio a sua personalidade, tolerantes porque animados de um profundo sentido de

justiça, mas também exigentes porque acérrimos defensores do saber e da competência sem os quais não haverá trabalho criativo, o verdadeiro impulsor da vida universitária.

O homem universitário será, pois, um acérrimo defensor da sua integridade intelectual, não se contentando em aceitar ou acreditar mas preocupando-se, sobretudo, em dialogar e conhecer.

Este estado de espírito a dois componentes, a que um dos meus antigos Meeres chamava a disponibilidade ou espírito de acolhimento e a crítica ou espírito de apreciação fundamentada e imparcial, é pre-

vilégio do homem universitário. Determinadas formas de ambivalência, em que se passa com relativa facilidade para o lado que circunstancialmente mais convém, ocasionem artificiais e injustas posições de antagonismo, que sendo manifestamente excepcionais, correspondem mais aos interesses de quem as suscita do que propriamente que defende pontos de vista diferentes.

Assim o universitário será por excelência um homem livre, generoso, desinteressado e criado sem o qual não haverá arte, nem ciência, nem solidariedade, nem tolerância, nem progresso social. Ele

nunca poderá servir o desprezo pelo Homem. O seu lugar será sempre ao lado de todos quantos respeitam esse mesmo Homem.

Por isso a Escola nunca deverá ser o espelho reflector dos erros e vícios da sociedade civil. Bem pelo contrário, pela sua acção eminentemente formadora e inovadora, deverá saber reflectir as virtudes e as regras em que se deve apoiar essa mesma sociedade.

Só com uma verdadeira e total democratização da Universidade, que apenas se consegue com a consolidação do processo democrático da sociedade civil, a Escola poderá cum-

prir a sua missão como membro regular do tecido social, o que à partida obriga uma mudança de atitude e até de mentalidade dos diferentes órgãos do poder, das próprias instituições universitárias e dos diferentes agentes. Nada vale falar de autonomia universitária quando não se observa uma estreita obediência aos mais elementares processos democráticos, tanto na forma como são constituídos os seus órgãos como no conjunto do seu funcionamento.

Conceitual e operacionalmente, a autonomia identifica-se com a liberdade de cada ser ou sistema buscar a sua própria verdade, no entanto, a sua expressão universitária como instrumento activo na procura do bem geral está condicionada por uma relação contabilística entre o natural específico universitário e o natural geral sócio-político que implicando o exercício do poder de de-

cição, essencialmente político, não deve deixar de respeitar as regras da sociedade em que se encontra inserida. Só assim a Universidade caminhará para uma autogestão da sua própria especificidade, independentemente de quaisquer controlos ou pressões casuísticas.

A Europa, de que hoje fazemos parte integrante, não se resume unicamente à Europa dos legumes, da batata ou do leite condensado, da indústria pesada ou transformadora e dos acordos tarifários e aduaneiros. A Europa do ensino e da cultura está em marcha e nós não podemos ignorá-la. Essa Europa onde a audácia e a inteligência, a fé e a razão, se habituaram a coexistir, na esperança de uma digna aliança entre a ordem e a liberdade, no mais profundo respeito por esse ideal humanista sem o qual o Homem não parece digno de viver.

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31

Univ. Universidade - Opma

